



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 007/CONGER/2009
(Atualizada pela IN nº 016/CONGER/2011)

Dispõe sobre os processos de prestação de contas do Governo do Estado, dos Gestores e dos demais agentes responsáveis por bens, direitos e obrigações dos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual, direta e indireta, inclusive dos fundos, das empresas estatais dependentes, das sociedades de economia mista e das fundações públicas de direito privado; vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe.

O Secretário-Chefe da Controladoria-Geral do Estado de Sergipe, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 12, inciso IV, da Lei estadual nº 3.630, de 26 de junho de 1995, combinado com o disposto no artigo 43, inciso XVI, da Lei estadual nº 6.130, de 2 de abril de 2007,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DOS CONCEITOS

Art. 1º - Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I – PRESTAÇÃO DE CONTAS – processo pelo qual o Governo do Estado, os Gestores e os demais agentes responsáveis estão obrigados, por iniciativa própria e dentro dos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa, a apresentar a documentação comprobatória dos atos e fatos da gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, a que estiverem vinculados.

II – TOMADA DE CONTAS – processo administrativo que visa à prestação de contas compulsória dos atos e fatos praticados pelos Gestores e demais agentes responsáveis, decorrente da omissão do dever de prestar contas, dentro dos prazos estabelecidos nesta Instrução Normativa.

III – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL – processo de natureza extraordinária instaurado pela autoridade administrativa competente, nos termos da legislação em vigor, para apurar os atos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos de que resulte dano ao erário do Estado de Sergipe ou para apurar a prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, cometidos por pessoas físicas ou jurídicas.



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

IV – GESTOR OU ORDENADOR DE DESPESAS - é a pessoa física que, em face da delegação de competência, pratica os atos e fatos da gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, como representante de órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe.

V- AGENTE RESPONSÁVEL – é a pessoa física ou jurídica que utiliza, arrecada, guarda, gerencia ou administra recursos, bens ou valores públicos dos órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso V deste artigo, enquadra-se também no conceito de Agente Responsável a pessoa física ou jurídica que em nome desses órgãos ou entidades responde ou assume obrigação de natureza pecuniária ou contratual, bem como os responsáveis pela gestão de quaisquer recursos repassados pelo Estado de Sergipe, mediante convênio ou outro instrumento similar.

Art. 2º - As prestações de contas podem ser:

I - ANUAIS – Compreendem os atos e fatos da gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, dos órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe, correspondentes ao exercício financeiro;

II - INTERMEDIÁRIAS – Devem ser apresentadas quando ocorrer a substituição do Gestor ou Ordenador de Despesas, responsável pela gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do órgão ou entidade da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes a que estiverem vinculados, pertencentes à estrutura do Poder Executivo do Estado de Sergipe; e

III - EXTRAORDINÁRIAS – Ocorrerão quando houver a extinção, cisão, fusão, incorporação ou transformação, de órgãos ou entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo estadual.

CAPÍTULO II
DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

SEÇÃO I



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

DOS PRAZOS

~~Art. 3º - Os processos de Prestações de Contas serão devidamente formalizados e encaminhados à Controladoria-Geral do Estado, pelo Gestor ou Ordenador de Despesas ou pelo Agente Responsável, ou ainda, por seu substituto legal, nos seguintes prazos:~~

~~**I - Prestações de Contas Anuais** - Os processos serão entregues no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término do respectivo exercício financeiro, para fins de exame, emissão do Relatório, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno;~~

~~**II - Prestação de Contas Anuais do Governo do Estado** - O processo deverá ser entregue à Controladoria-Geral do Estado no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Legislativa do exercício financeiro subsequente, para fins de exame, emissão do Relatório, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno;~~

~~**III - Prestações de Contas Intermediárias** - Os processos indicados no inciso II do Art. 2º serão remetidos à Controladoria-Geral do Estado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da substituição do Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, do Agente Responsável;~~

~~**IV - Prestações de Contas Extraordinárias** - Os processos deverão ser remetidos à Controladoria-Geral do Estado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da ocorrência de quaisquer dos eventos descritos no inciso III do Art. 2º desta Instrução Normativa, pelo Gestor ou Ordenador de Despesas, pelo Agente Responsável, ou ainda, pelo substituto legal do órgão ou entidade incorporador (a), do órgão ou entidade resultante da fusão ou da transformação, ou do órgão ou entidade que permanecer com a estrutura do órgão ou entidade extinto (a).~~

~~**Parágrafo único** - Nos casos em que os órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo estadual, não cumprirem os prazos estabelecidos neste artigo, a Controladoria-Geral do Estado deverá de Contas do Estado de Sergipe, no prazo de até 30 (trinta) dias.~~

~~Art. 3º - Os processos de Prestações de Contas serão devidamente formalizados e encaminhados à Controladoria-Geral do Estado, pelo Gestor, pelo Ordenador de Despesas ou pelo Agente Responsável, ou ainda, por seu substituto legal, nos seguintes prazos:~~

~~**I - Prestações de Contas Anuais** - Os processos serão entregues no prazo de até 60 (sessenta) dias, após o término do respectivo exercício financeiro, para fins de exame e emissão do Relatório, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno;~~

~~**II - Prestação de Contas Anual do Governo do Estado** - O processo deverá ser entregue pela Secretaria de Estado da Fazenda à Controladoria-Geral do Estado, no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Legislativa do exercício financeiro subse-~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

qüente, para fins de exame e emissão de Relatório, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno;

III - Prestações de Contas Intermediárias – Os processos indicados no inciso II do Art. 2º serão remetidos à Controladoria-Geral do Estado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data de substituição do Gestor, do Ordenador de Despesas, ou ainda, do Agente Responsável;

IV – Prestações de Contas Extraordinárias – Os processos deverão ser remetidos à Controladoria-Geral do Estado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados a partir da data da ocorrência de quaisquer dos eventos descritos no inciso III do Art. 2º desta Instrução Normativa, pelo Gestor, pelo Ordenador de Despesas, pelo Agente Responsável, ou ainda, pelo substituto legal do órgão ou entidade incorporador (a), do órgão ou entidade resultante da fusão, extinção, cisão, incorporação ou transformação do órgão ou entidade que permanecer com a estrutura do órgão ou entidade transformado/incorporado (a).

§ 1º - Nos casos em que os órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, inclusive das Empresas Estatais Dependentes, vinculados ao Poder Executivo estadual, não cumprirem os prazos estabelecidos neste artigo, a Controladoria-Geral do Estado deverá notificar o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no prazo de até 30 (trinta) dias.

§ 2º - A Controladoria-Geral do Estado deverá remeter ao Governador do Estado o processo de Prestação de Contas Anual do Governo Estadual, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de seu recebimento, para emissão do pronunciamento sobre as contas do Poder Executivo estadual e posterior encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, na forma dos Anexos I e II desta Instrução Normativa, respectivamente.

§ 3º - Em caso de descumprimento do prazo fixado no inciso II deste artigo, a Controladoria-Geral do Estado deverá notificar o Governador do Estado, formalmente, para conhecimento e adoção das providências cabíveis. **(NR) (Redação dada pela IN nº 016, de 10 de fevereiro de 2011)**

~~**Art. 4º** - O Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, o Agente Responsável deverá encaminhar, para o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, as prestações de contas do Governo do Estado, dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual, acompanhadas do Relatório, do Certificado de Auditoria e do Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, nos seguintes prazos:~~

~~**I – Prestações de Contas Anuais** – até 30 de abril do exercício financeiro subsequente, nos casos dos órgãos e das entidades da Administração Direta e Indireta;~~

~~**H – Prestação de Contas Anual do Governo do Estado** – até 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de abertura da Sessão Legislativa, do exercício financeiro subsequente;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~**II – Prestações de Contas Intermediárias** – até 90 (noventa) dias a contar da data em que ocorrer a exoneração, demissão, inativação ou falecimento do Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, do Agente Responsável sujeito à prestação de contas;~~

~~**IV – Prestações de Contas Extraordinárias** – até 90 (noventa) dias a contar da data em que ocorrer a extinção, cisão, fusão, incorporação ou transformação de órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, vinculados ao Poder Executivo estadual.~~

Art. 4º - O Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, o Agente Responsável deverá encaminhar, para o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, as prestações de contas dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual, acompanhadas de Relatório, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, nos seguintes prazos:

I – Prestações de Contas Anuais:

a) até o dia 30 de abril do exercício financeiro subsequente para os Órgãos da Administração Direta, inclusive os Fundos vinculados às respectivas Secretarias; e

b) até o dia 30 de maio do exercício financeiro subsequente para as Entidades da Administração Indireta.

II - Prestações de Contas Intermediárias - até 90 (noventa) dias a contar da data em que ocorrer a exoneração, demissão, inativação ou falecimento do Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, do Agente Responsável sujeito à prestação de contas;

III – Prestações de Contas Extraordinárias - até 90 (noventa) dias a contar da data em que ocorrer a extinção, cisão, fusão, incorporação ou transformação de órgãos ou entidades da Administração Direta ou Indireta, vinculados ao Poder Executivo estadual.

§ 1º – Consoante disposições dos Art. 118 e 124 da Resolução/TCE nº 153/90, e sem prejuízo da observância dos prazos fixados no Art. 3º desta Instrução Normativa; os processos de Prestação de Contas Anuais das Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, vinculadas ao Poder Executivo Estadual, deverão ser encaminhadas ao TCE/SE até o dia 30 de maio do exercício financeiro subsequente.

§ 2º – O Governador do Estado encaminhará o processo de Prestação de Contas Anual do Governo Estadual, relativo ao exercício anterior, para o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de abertura de cada Sessão Legislativa, para fins de emissão do Parecer Prévio e remessa à Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, conforme disposições do Art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 04/1990 e do Art. 84, inciso XVI, da Constituição do Estado de Sergipe. **(NR) (Redação dada pela IN nº 016, de 10 de fevereiro de 2011)**



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

SEÇÃO II
DA FORMALIZAÇÃO

Art. 5º - Os Processos de Prestações de Contas a que se refere o artigo 4º desta Instrução Normativa deverão ser apresentados em 02 (duas) vias à Controladoria-Geral do Estado, sendo uma original e outra em cópia com a declaração de autenticidade documental, contendo no máximo 200 (duzentas) folhas por volume, numeradas em ordem cronológica, rubricadas com a devida identificação do funcionário e isentas de rasuras ou emendas.

§ 1º - Para fins do disposto no *caput* deste artigo, deverá o processo de Prestação de Contas conter na 1.ª (primeira) folha o índice do conteúdo documental de cada volume, com a indicação da folha correspondente a cada documento, de forma a facilitar o procedimento de exame pelos técnicos dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

§ 2º - Todos os demonstrativos contábeis deverão ser assinados por Contabilista, devidamente registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade, e pelo Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, pelo Agente Responsável, sob pena de não terem validade legal.

Art. 6º - Os processos de Prestações de Contas a que se refere o artigo 4º desta Instrução Normativa serão formalizados e apresentados à Controladoria-Geral do Estado, pelos seguintes Responsáveis:

I – Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual – deverão ser apresentados sob a responsabilidade da Diretoria de Administração e Finanças – DAF e da Assessoria de Planejamento – ASPLAN, dentro das suas respectivas competências, ou de outros setores responsáveis por essas atividades.

II – Do Governo do Estado – deverá ser apresentado pela Secretaria de Estado da Fazenda, através de sua Superintendência de Finanças Públicas – SUPERFIP.

Art. 7º - Na formalização e apresentação dos processos de Prestação de Contas, de que trata o artigo 4º desta Instrução Normativa, deverão ser relacionados os nomes, os respectivos CPF's e os cargos ou funções do Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, do Agente Responsável pela gestão dos atos e fatos de natureza contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo estadual.

Parágrafo único. O procedimento a que se refere o Caput deste artigo aplica-se, também, aos titulares e eventuais substitutos do DAF, da ASPLAN e do responsável pela gestão do Almoarifado de bens móveis e imóveis, ou ainda, dos setores responsáveis por essas atividades.



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~Art. 8º - Integrarão os processos de Prestação de Contas os documentos abaixo relacionados, organizados na seguinte ordem:~~

~~**I - Das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes:**~~

~~**a) Relatório de Gestão do titular do Órgão, contendo as seguintes informações:**~~

- ~~1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica do Órgão; e~~
- ~~2) descrição das metas estabelecidas, das principais ações executadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados, bem como a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas.~~

~~**b) Demonstrativos Econômico-Financeiros:**~~

- ~~1) cópia do orçamento da unidade para o exercício a que se refere a Prestação de Contas;~~
- ~~2) demonstrativo dos créditos adicionais abertos, acompanhado das cópias dos Decretos que autorizaram a abertura dos referidos créditos;~~
- ~~3) cópias dos Decretos de anulação de dotação orçamentária em favor de outros órgãos ou entidades;~~
- ~~4) balancete financeiro, na forma do Anexo I desta Instrução;~~
- ~~5) comparativo da despesa autorizada com a realizada, no período;~~
- ~~6) comparativo da receita orçada com a arrecadada;~~
- ~~7) demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;~~
- ~~8) demonstrativos contábeis da execução orçamentária, por unidade orçamentária e por elemento de despesa; e~~
- ~~9) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade e propaganda, na forma do Anexo III, realizadas no período a que se refere a Prestação de Contas.~~

~~**c) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:**~~

- ~~1) demonstrativo da conciliação bancária de cada conta corrente e de aplicação financeira do Órgão, conforme modelo do Anexo IV desta Instrução;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~2) extratos de todas as contas bancárias do Órgão, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~

~~3) demonstrativo do razão de todas as contas bancárias, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~

~~4) demonstrativos do saldo de restos a pagar, processados e não processados, na forma dos Anexos V e V.A desta Instrução;~~

~~5) demonstrativo sintético dos materiais de consumo e dos bens móveis movimentados no Almoxarifado do Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas, conforme o Anexo VI desta Instrução;~~

~~6) inventário físico dos materiais de consumo e dos bens móveis do almoxarifado, na forma do Anexo VII desta Instrução;~~

~~7) demonstrativo sintético dos bens móveis e imóveis do Órgão, na forma do Anexo VIII desta Instrução;~~

~~8) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos IX e IX.A desta Instrução; e~~

~~9) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis alienados pelo Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos X e X.A desta Instrução.~~

~~d) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:~~

~~1) demonstrativo sintético dos convênios firmados, conforme Anexo XI;~~

~~2) demonstrativo sintético dos contratos celebrados, na forma do Anexo XII;~~

~~3) demonstrativo sintético dos termos de parcerias, na forma do Anexo XIII;~~

~~4) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XIV e XIV.A desta Instrução; e~~

~~5) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XV e XV.A desta Instrução.~~

~~e) Outros Documentos:~~

~~1) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável~~



**ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

~~apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas;~~

~~2) cópias de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração de Gestor ou Ordenador de Despesas; e~~

~~3) declaração do Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, do Agente Responsável, quanto à existência ou não de suprimentos de fundos com pendências na Prestação de Contas.~~

~~H – Das Autarquias, Fundações e Fundos:~~

~~a) pronunciamento do Secretário, na forma do Anexo XVI desta Instrução.~~

~~b) Relatório de Gestão do titular da Entidade, contendo as seguintes informações:~~

~~1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica da Entidade; e~~

~~2) descrição das metas estabelecidas, das principais ações executadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados e a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas.~~

~~e) **Demonstrativos Econômico-Financeiros:**~~

~~1) cópia do orçamento da unidade para o exercício a que se refere a prestação de contas;~~

~~2) demonstrativo dos créditos adicionais abertos, acompanhado das cópias dos Decretos que autorizaram a abertura dos referidos créditos;~~

~~3) cópias dos Decretos de anulação de dotação orçamentária em favor de outros órgãos ou entidades;~~

~~4) Balanço Orçamentário;~~

~~5) Balanço Financeiro, na forma do Anexo I.A desta Instrução;~~

~~6) Balanço Patrimonial, na forma do Anexo II;~~

~~7) Demonstração das Variações Patrimoniais;~~

~~8) notas explicativas às Demonstrações Contábeis;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

- ~~9) comparativo da despesa autorizada com a realizada;~~
- ~~10) comparativo da receita orçada com a arrecadada;~~
- ~~11) demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;~~
- ~~12) demonstrativos contábeis da execução orçamentária, por unidade orçamentária e por elemento de despesa;~~
- ~~13) Demonstração da Dívida Flutuante, na forma do Anexo XVII desta Instrução;~~
- ~~14) Demonstrações da Dívida Fundada Interna e Externa, na forma dos Anexos XVIII e XVIII.A desta Instrução; e~~
- ~~15) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade e propaganda realizadas no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo III.~~

d) ~~Demonstrativos da Gestão Patrimonial:~~

- ~~1) demonstrativo da conciliação bancária de cada conta corrente e de aplicação financeira do Órgão, conforme modelo do Anexo IV desta Instrução;~~
- ~~2) extratos de todas as contas bancárias do Órgão, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~
- ~~3) demonstrativo do razão de todas as contas bancárias, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~
- ~~4) demonstrativos do saldo de restos a pagar, processados e não processados, na forma dos Anexos V e V.A desta Instrução;~~
- ~~5) demonstrativo sintético dos materiais de consumo e dos bem móveis movimentados no almoxarifado da Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo VI desta Instrução;~~
- ~~6) inventário físico dos materiais dos materiais de consumo e dos bens móveis do almoxarifado, na forma do Anexo VII desta Instrução;~~
- ~~7) demonstrativo sintético dos bens móveis e imóveis da Entidade, na forma do Anexo VIII desta Instrução;~~
- ~~8) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos IX e IX.A desta Instrução; e~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

9) ~~demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis alienados pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos X e X.A desta Instrução.~~

~~e) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:~~

~~1) demonstrativo sintético dos convênios firmados, na forma do Anexo XI;~~

~~2) demonstrativo sintético dos contratos celebrados, na forma do Anexo XII;~~

~~3) demonstrativo sintético dos termos de parceria, na forma do Anexo XIII;~~

~~4) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XIV e XIV.A desta Instrução;~~

~~5) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XV e XV.A desta Instrução.~~

~~f) Outros Documentos:~~

~~1) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Entidade, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas;~~

~~2) cópias de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração de Gestor ou Ordenador de Despesas; e~~

~~3) declaração do Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, do Agente Responsável, quanto à existência ou não de suprimentos de fundos com pendências na Prestação de Contas.~~

III – Das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista:

~~a) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício a que se refere a prestação de contas.~~

~~b) Demonstrativos Econômico-Financeiros:~~

~~1) Balanço Patrimonial, comparativo com o Balanço do exercício anterior;~~

~~2) Demonstração de Resultado do Exercício, comparativa com a demonstração do exercício anterior;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

- ~~3) Demonstração de Valor Adicionado, na forma da legislação vigente;~~
- ~~4) Demonstração de Fluxo de Caixa, na forma da legislação vigente;~~
- ~~5) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, na forma da legislação vigente;~~
- ~~6) Demonstrativo da Composição do Patrimônio Líquido, na forma do Anexo XIX desta Instrução;~~
- ~~7) Demonstrativo da Participação nos Lucros, na forma do Anexo XX desta Instrução;~~
- ~~8) Demonstrativo da Destinação do Lucro Líquido do Exercício, na forma do Anexo XXI desta Instrução;~~
- ~~9) prova da publicação das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Diretoria ou dos Administradores e do Parecer do Conselho Fiscal ou justificativa, devidamente fundamentada, com a exposição dos motivos da falta de publicação desses documentos;~~
- ~~10) notas explicativas às Demonstrações Financeiras;~~
- ~~11) relação analítica das receitas;~~
- ~~12) relação analítica das despesas;~~
- ~~13) parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis e fatos relevantes ocorridos ou identificados no exercício;~~
- ~~14) parecer e relatório da auditoria externa sobre as demonstrações contábeis do exercício; e~~
- ~~15) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade e propaganda realizadas no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo III.A.~~

~~c) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:~~

- ~~1) demonstrativo da conciliação bancária de cada conta corrente e de aplicação financeira da Empresa, conforme modelo do Anexo IV desta Instrução;~~
- ~~2) extratos de todas as contas bancárias da Empresa, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~3) Termo de Conferência dos Valores em Caixa, em 31 de dezembro;~~

~~4) demonstrativo sintético dos materiais de consumo movimentados no estoque da Empresa, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo VI desta Instrução;~~

~~5) inventário físico dos materiais de consumo da Empresa, na forma do Anexo VII desta Instrução;~~

~~6) demonstrativo sintético dos bens móveis e imóveis da Empresa, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo VIII desta Instrução;~~

~~7) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pela Empresa, no período a que se refere a Prestação de Contas, nas formas dos Anexos IX e IX.A desta Instrução;~~

~~8) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis alienados, no período a que se refere a Prestação de Contas, nas formas dos Anexos X e X.A desta Instrução;~~

~~9) inventários físicos dos bens móveis e imóveis, em 31 de dezembro, nas formas dos Anexos XXII e XXII.A desta Instrução; e~~

~~10) inventário geral das dívidas e obrigações existentes, em 31 de dezembro.~~

~~d) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:~~

~~1) demonstrativo sintético dos convênios firmados, na forma do Anexo XI;~~

~~2) demonstrativo sintético dos contratos celebrados, na forma do Anexo XII;~~

~~3) demonstrativo sintético dos termos de parceria, na forma do Anexo XIII;~~

~~4) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XIV.B e XIV.C desta Instrução; e~~

~~5) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XV e XV.A desta Instrução.~~

~~e) Outros Documentos:~~

~~1) relação nominal dos administradores, com indicação dos honorários e vantagens financeiras recebidas da entidade, no exercício;~~



**ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

~~2) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Empresa, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas;~~

~~3) cópias de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração de Gestor ou Ordenador de Despesas.~~

IV – Do Governo do Estado:

~~a) Relatório de Gestão, contendo as seguintes informações:~~

~~1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica do Órgão;~~

~~2) descrição das metas estabelecidas, das principais ações executadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados e a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas;~~

~~3) resultados orçamentário, financeiro e patrimonial consolidados do Estado de Sergipe;~~

~~4) demonstrativo da receita corrente líquida; e~~

~~5) demonstração de atendimento aos limites legais de despesas com pessoal, saúde e educação, bem como dos limites da dívida pública.~~

~~b) Demonstrativos Econômico-Financeiros:~~

~~1) Demonstrativo dos créditos adicionais abertos;~~

~~2) Balanço Orçamentário;~~

~~3) Balanço Financeiro, na forma do Anexo I.A desta Instrução;~~

~~4) Balanço Patrimonial, na forma do Anexo II;~~

~~5) Demonstração das Variações Patrimoniais;~~

~~6) notas explicativas às Demonstrações Contábeis;~~

~~7) comparativo da receita orçada com a arrecadada;~~

~~8) comparativo da despesa autorizada com a realizada;~~



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~9) demonstrativo da despesa das unidades orçamentárias discriminada por sua natureza;~~

~~10) demonstrativo da despesa consolidada por sua natureza;~~

~~11) demonstrativo da despesa por função, sub-função e programas, segundo as categorias econômicas;~~

~~12) demonstrativo da despesa das unidades orçamentárias a nível de programação;~~

~~13) demonstrativo da despesa por função, sub-função e programa;~~

~~14) demonstrativo da despesa paga por fontes, funções, sub-funções e programas, conforme vínculo com recursos;~~

~~15) demonstrativo de precatórios (sentenças judiciais) registrados no Passivo Permanente e pagos no exercício a que se refere a Prestação de Contas;~~

~~16) demonstrativo de receita e despesa extra-orçamentária;~~

~~17) demonstrativo com a manutenção e desenvolvimento do ensino e do FUNDEB;~~

~~18) demonstrativo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde;~~

~~19) demonstrativo dos gastos com criança e adolescente;~~

~~20) demonstrativo dos gastos com recursos hídricos;~~

~~21) demonstrativo dos gastos com fomento da pesquisa científica e tecnológica; e~~

~~22) demonstrativo patrimonial consolidado com empresas estatais.~~

e) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:

~~1) demonstrativo da conciliação bancária de cada conta corrente e de aplicação financeira do Órgão, conforme modelo do Anexo IV desta Instrução;~~

~~2) extratos de todas as contas bancárias do Órgão, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;~~

~~3) demonstrativo da conta “bancos conta movimento”;~~

~~4) demonstrativo da conta “vinculado em conta corrente bancária”;~~



**ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO**

- 5) demonstrativo da conta “aplicações financeiras”;
- 6) demonstrativo da conta “responsabilidade diversas”;
- 7) demonstrativo da conta “devedores do órgão”;
- 8) demonstrativo da conta “devedores do tesouro”;
- 9) demonstrativo da conta “depósito judicial”;
- 10) demonstrativo da conta “responsabilidades financeiras”;
- 11) demonstrativo da conta “imposto a recuperar”;
- 12) demonstrativo da conta “indenizações a receber da seguradora”;
- 13) demonstrativo da conta “valores pendentes”;
- 14) demonstrativo da receita da dívida ativa;
- 15) demonstrativo de valores cancelados/baixados na dívida ativa;
- 16) demonstrativo da conta “bens móveis e imóveis”;
- 17) demonstrativo da conta “bens de consumo”;
- 18) demonstrativo da conta “créditos”;
- 19) demonstrativo da conta “restos a pagar”;
- 20) demonstrativo da conta “depósitos”;
- 21) demonstrativo da conta “convênios a pagar”;
- 22) demonstração da Dívida Flutuante; e
- 23) demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa.

d) ~~Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:~~

- 1) demonstrativo sintético dos convênios firmados, na forma do Anexo XI desta Instrução;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

~~2) demonstrativo sintético dos contratos celebrados, na forma do Anexo XII desta Instrução;~~

~~3) demonstrativo sintético dos termos de parceria, na forma do Anexo XIII desta Instrução;~~

~~4) demonstrativo das transferências constitucionais e conveniadas pelo Estado com as Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações;~~

~~5) demonstrativo do fundo de participação dos estados;~~

~~6) demonstrativo de transferência constitucional aos municípios;~~

~~7) demonstrativo da participação societária do estado; e~~

~~8) relação dos 20 (vinte) maiores devedores inseridos na dívida ativa tributária e não tributária do Estado, contendo nome, CNPJ ou CPF, origem e valor corrigido.~~

~~e) Outros Documentos:~~

~~1) demonstrativo de medidas de combate à sonegação, recuperação de créditos e incremento de arrecadação;~~

~~2) declaração comprobatória, emitida pela Secretaria de Estado da Casa Civil, de que o Governador apresentou a Declaração de Bens e Renda do exercício.~~

~~§ 1º. Quando se tratar de Prestações de Contas Intermediária e Extraordinária, nos termos do Art. 2º, incisos II e III, desta Instrução Normativa, também integrará os processos, obrigatoriamente, a cópia do ato determinante do evento originário da Prestação de Contas.~~

~~§ 2º. Os demonstrativos de que tratam este artigo deverão ser extraídos, preferencialmente, do sistema de contabilidade e finanças dos Órgãos e Entidades da Administração Pública estadual.~~

Art. 8º - Integrarão os processos de Prestação de Contas os documentos abaixo relacionados, organizados na seguinte ordem:

I – Das Secretarias de Estado ou Órgãos equivalentes:

a) Relatório de Gestão do titular do Órgão, contendo as seguintes informações:

1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica do Órgão; e



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

2) descrição das metas estabelecidas, das principais ações executadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados, bem como a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas.

b) Demonstrativos Econômico-Financeiros:

1) cópia do orçamento do órgão, contendo os Quadros de Detalhamento da Despesa e da Receita, para o exercício a que se refere a Prestação de Contas;

2) demonstrativo dos créditos adicionais abertos, acompanhado das cópias dos Decretos que autorizaram a abertura dos referidos créditos;

3) cópias dos Decretos de anulação de dotação orçamentária em favor de outros órgãos ou entidades;

4) balancete financeiro, na forma do Anexo III desta Instrução;

5) demonstrativos contábeis da execução orçamentária, por unidade orçamentária e por elemento de despesa; e

6) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade legal efetuada para cumprimento da legislação, em Diários Oficiais e Jornais de Grande Circulação, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores anuais de 2007 a 2009, na forma do Anexo IV;

7) demonstrativo consolidado das despesas com propaganda institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas do órgãos públicos, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores anuais de 2007 a 2009, na forma do Anexo V;

c) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:

1) demonstrativo da conciliação bancária de cada uma das contas correntes e de aplicação financeira pertencentes ao Órgão, referente ao período da Prestação de Contas, conforme modelo do Anexo VI desta Instrução;

2) extratos de todas as contas bancárias do Órgão, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;

3) demonstrativo do razão de todas as contas bancárias, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

4) demonstrativos do saldo de restos a pagar, processados e não processados, na forma dos Anexos VII e VIII desta Instrução. Quando se tratar de prestação de contas intermediária, esses demonstrativos deverão ser substituídos pelo demonstrativo da despesa empenhada a pagar;

5) demonstrativo sintético dos materiais de consumo e dos bens móveis movimentados no Almoxarifado do Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas, conforme o Anexo IX desta Instrução;

6) inventário físico dos materiais de consumo e dos bens móveis existentes no almoxarifado, na forma do Anexo X desta Instrução; acompanhado do respectivo Termo de Conferência de Almoxarifado, contendo a informação do período a que se refere o inventário; e

7) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pelo Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos XI e XII desta Instrução.

d) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:

1) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XV e XVI desta Instrução; e

2) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XVII e XVIII desta Instrução.

e) Outros Documentos:

1) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos do Órgão, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas;

2) cópia de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração do Ordenador de Despesas e dos demais Agentes Responsáveis pela Gestão Financeira e Patrimonial do Órgão, no período a que se refere a Prestação de Contas; e

3) declaração do Ordenador de Despesas ou Agente Responsável, quanto à existência, ou não, de suprimentos de fundos com pendências na Prestação de Contas.

II – Das Autarquias, Fundações de Direito Público e Fundos:

a) pronunciamento do Secretário, na forma do Anexo XIX desta Instrução.

b) Relatório de Gestão do titular da Entidade, contendo as seguintes informações:



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica da Entidade; e

2) descrição das metas estabelecidas, das principais ações executadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados e a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas.

c) Demonstrativos Econômico-Financeiros:

1) cópia do orçamento da entidade, contendo os Quadros de Detalhamento da Despesa e da Receita, para o exercício a que se refere a prestação de contas;

2) demonstrativo dos créditos adicionais abertos, acompanhado das cópias dos Decretos que autorizaram a abertura dos referidos créditos;

3) cópias dos Decretos de anulação de dotação orçamentária em favor de outros órgãos ou entidades;

4) Balanço Orçamentário;

5) Balanço Financeiro, na forma do Anexo XX desta Instrução;

6) Balanço Patrimonial, na forma do Anexo XXI;

7) Demonstração das Variações Patrimoniais;

8) comparativo da despesa autorizada com a realizada;

9) comparativo da receita orçada com a arrecadada;

10) demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;

11) demonstrativos contábeis da execução orçamentária, por unidade orçamentária e por elemento de despesa;

12) Demonstração da Dívida Flutuante, na forma do Anexo XXII desta Instrução;

13) Demonstrações da Dívida Fundada Interna e Externa, na forma dos Anexos XXIII e XXIV desta Instrução;

14) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade legal efetuada para cumprimento da legislação, em Diários Oficiais e Jornais de Grande Circulação, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores mensais de 2007 a 2009, na forma do Anexo IV;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

15) demonstrativo consolidado das despesas com propaganda institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores mensais de 2007 a 2009, na forma do Anexo V; e

16) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, para evidenciar os fatos de natureza relevante ocorridos no exercício de 2010.

d) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:

1) demonstrativo da conciliação bancária de cada uma das contas correntes e de aplicação financeira pertencentes à Entidade, referente ao período da Prestação de Contas, conforme modelo do Anexo VI desta Instrução;

2) extratos de todas as contas bancárias da Entidade, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;

3) demonstrativo do razão de todas as contas bancárias, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;

4) demonstrativos do saldo de restos a pagar, processados e não processados, na forma dos Anexos VII e VIII desta Instrução. Quando se tratar de prestação de contas intermediária, esses demonstrativos deverão ser substituídos pelo demonstrativo da despesa empenhada a pagar;

5) demonstrativo sintético dos materiais de consumo e dos bens móveis movimentados no almoxarifado da Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo IX desta Instrução;

6) inventário físico dos materiais de consumo e dos bens móveis existentes no almoxarifado, na forma do Anexo X desta Instrução; acompanhado do respectivo Termo de Conferência de Almoxarifado, contendo a informação do período a que se refere o inventário.

7) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos XI e XII desta Instrução; e

8) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis alienados pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma dos Anexos XIII e XIV desta Instrução.

e) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:

1) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XV e XVI desta Instrução; e



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

2) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XVII e XVIII desta Instrução.

f) Outros Documentos:

1) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Entidade, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas;

2) cópias de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração do Ordenador de Despesas e dos demais Agentes Responsáveis pela Gestão Financeira e Patrimonial da Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas; e

3) declaração do Ordenador de Despesas ou Agente Responsável, quanto à existência, ou não, de suprimentos de fundos com pendências na Prestação de Contas.

III – Das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas de Direito Privado:

a) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício a que se refere a prestação de contas.

b) No caso das Fundações Públicas de Direito Privado, apresentar demonstrativo contendo a descrição das metas estabelecidas, das principais ações realizadas no período a que se refere a Prestação de Contas, demonstrando os recursos disponibilizados e a avaliação da execução de cada um dos programas de trabalho e, quando for o caso, esclarecer os motivos que impediram ou inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas nos respectivos Contratos de Gestão.

c) Demonstrativos Econômico-Financeiros:

- 1) Balanço Patrimonial, comparativo com o Balanço do exercício anterior;
- 2) Demonstração de Resultado do Exercício, comparativa com a demonstração do exercício anterior;
- 3) Demonstração de Valor Adicionado, na forma da legislação vigente;
- 4) Demonstração de Fluxo de Caixa, na forma da legislação vigente;
- 5) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, na forma da legislação vigente;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

6) Demonstrativo da Composição do Patrimônio Líquido, na forma do Anexo XXV desta Instrução;

7) Demonstrativo da Participação nos Lucros, na forma do Anexo XXVI desta Instrução;

8) Demonstrativo da Destinação do Lucro Líquido do Exercício, na forma do Anexo XXVII desta Instrução;

9) prova da publicação das Demonstrações Financeiras, do Relatório da Diretoria ou dos Administradores e do Parecer do Conselho Fiscal ou justificativa, devidamente fundamentada, com a exposição dos motivos da falta de publicação desses documentos;

10) relação analítica das receitas;

11) relação analítica das despesas;

12) parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações contábeis e fatos relevantes ocorridos ou identificados no exercício;

13) parecer e relatório da auditoria externa sobre as demonstrações contábeis do exercício;

14) demonstrativo consolidado das despesas com publicidade legal efetuada para cumprimento da legislação, em Diários Oficiais e Jornais de Grande Circulação, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores mensais de 2007 a 2009, na forma do Anexo IV;

15) demonstrativo consolidado das despesas com propaganda institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, realizadas a cada mês do exercício de 2010, bem como os valores mensais de 2007 a 2009, na forma do Anexo V; e

16) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, para evidenciar os fatos de natureza relevante ocorridos no exercício de 2010.

d) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:

1) demonstrativo da conciliação bancária de cada uma das contas correntes e de aplicação financeira pertencentes à Entidade, referente ao período da Prestação de Contas, conforme modelo do Anexo VI desta Instrução;

2) extratos de todas as contas bancárias da Entidade, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

3) Termo de Conferência dos Valores em Caixa, em 31 de dezembro;

4) demonstrativo sintético dos materiais de consumo movimentados no estoque da Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, na forma do Anexo IX desta Instrução;

5) inventário físico dos materiais de consumo e dos bens móveis existentes no almoxarifado, na forma do Anexo X desta Instrução; acompanhado do respectivo Termo de Conferência de Almoxarifado, contendo a informação do período a que se refere o inventário;

6) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis adquiridos pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, nas formas dos Anexos XI e XII desta Instrução;

7) demonstrativos analíticos dos bens móveis e imóveis alienados pela Entidade, no período a que se refere a Prestação de Contas, nas formas dos Anexos XIII e XIV desta Instrução;

8) inventários físicos dos bens móveis e imóveis, em 31 de dezembro, nas formas dos Anexos XXVIII e XXIX desta Instrução; e

9) inventário geral das dívidas e obrigações existentes, em 31 de dezembro.

e) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:

1) demonstrativos analíticos dos contratos, acordos, convênios, termos de parceria ou ajustes firmados, concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XXX e XXXI desta Instrução; e

2) demonstrativos analíticos dos auxílios, subvenções e doações concedidos e recebidos, na forma dos Anexos XVII e XVIII desta Instrução.

f) Outros Documentos:

1) relação nominal dos administradores, com indicação dos honorários e vantagens financeiras recebidas da entidade, no exercício;

2) declaração comprobatória, emitida pelo Setor de Recursos Humanos da Entidade, com a informação de que o Gestor ou Ordenador de Despesas, ou ainda, o Agente Responsável apresentou a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas; e

3) cópias de todos os Decretos de nomeação e de eventual exoneração do Ordenador de Despesas e dos demais Agentes Responsáveis pela Gestão Financeira e Patrimonial da Entidade, no período a que se refere a prestação de contas.



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

IV – Do Governo do Estado de Sergipe:

a) Correspondência dirigida aos membros da Assembléia Legislativa, conforme modelo do Anexo II;

b) Cópia da Mensagem (Relatório) que o Governador apresentou ao Poder Legislativo Estadual, na sessão de abertura dos trabalhos legislativos do exercício subsequente ao que se refere a Prestação de Contas;

c) Relatório de Gestão, contendo as seguintes informações:

1) estrutura organizacional, valores, missão e visão estratégica do Governo do Estado de Sergipe;

2) descrição das metas estabelecidas para os principais Programas que integram o Plano Plurianual 2008 – 2011, demonstrando os resultados alcançados e o grau de atendimento das metas previstas na LDO do exercício de 2010;

3) resultados orçamentário, financeiro e patrimonial consolidados dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual;

4) demonstrativo da receita corrente líquida; e

5) demonstração de atendimento aos limites legais de despesas com pessoal, saúde e educação, bem como dos limites da dívida pública.

d) Demonstrativos Econômico-Financeiros:

1) Balanço Orçamentário Consolidado;

2) Balanço Financeiro Consolidado, na forma do Anexo XX desta Instrução;

3) Balanço Patrimonial Consolidado e Comparado dos dois últimos exercícios, contendo as diferenças para mais e para menos, na forma do Anexo XXI;

4) Demonstração das Variações Patrimoniais;

5) Demonstrativo da despesa por função, sub-função e programas segundo as categorias econômicas;

6) Demonstrativo da despesa das unidades orçamentárias a nível de programação;

7) Demonstrativo da despesa por função, sub-função e programa;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

8) Demonstrativo da despesa paga por fontes, funções, sub-funções e programas, conforme vínculo com recursos;

9) Comparativo da receita orçada com a arrecadada;

10) Comparativo da despesa autorizada com a realizada;

11) Demonstrativo dos créditos adicionais abertos;

12) Demonstrativo da despesa das unidades orçamentárias discriminada por sua natureza;

13) Demonstrativo da despesa consolidada por sua natureza;

14) Demonstrativo de precatórios (sentenças judiciais) registrados no Passivo Permanente e pagos no exercício a que se refere a Prestação de Contas;

15) Demonstrativo de receita e despesa extra-orçamentária;

16) Demonstrativo com a manutenção e desenvolvimento do ensino e do FUNDEB;

17) Demonstrativo de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde;

18) Demonstrativo dos gastos com criança e adolescente;

19) Demonstrativo dos gastos com recursos hídricos;

20) Demonstrativo dos gastos com fomento da pesquisa científica e tecnológica;

21) Demonstrativo patrimonial consolidado com empresas estatais; e

22) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis;

e) Demonstrativos da Gestão Patrimonial:

1) Demonstrativo sintético da conciliação bancária de cada uma das contas correntes e de aplicação financeira pertencentes ao Tesouro Estadual, referente ao período da Prestação de Contas, conforme modelo do Anexo VI desta Instrução;

2) Extrato de todas as contas bancárias do Tesouro Estadual, do último mês do período a que se refere a Prestação de Contas;

3) Demonstrativo consolidado da conta “bancos conta movimento”;

4) Demonstrativo consolidado das contas “vinculadas de convênios”;



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

- 5) Demonstrativo consolidado da conta “aplicações financeiras”;
- 6) Demonstrativo consolidado da conta “responsabilidade diversas”;
- 7) Demonstrativo consolidado da conta “devedores do órgão”;
- 8) Demonstrativo da conta “devedores do tesouro”;
- 9) Demonstrativo da conta “depósito judicial”;
- 10) Demonstrativo da conta “responsabilidades financeiras”;
- 11) Demonstrativo da conta “imposto a recuperar”;
- 12) Demonstrativo da conta “indenizações a receber do segurado”;
- 13) Demonstrativo da conta “valores pendentes”;
- 14) Demonstrativo da receita da dívida ativa;
- 15) Demonstrativo de valores cancelados/baixados na dívida ativa;
- 16) Demonstrativo da conta “bens móveis e imóveis”;
- 17) Demonstrativo da conta “bens de consumo”;
- 18) Demonstrativo da conta “créditos”;
- 19) Demonstrativo da conta “depósitos”;
- 20) Demonstrativo da conta “convênios a pagar”;
- 21) Demonstração da Dívida Flutuante;
- 22) Demonstração da Dívida Fundada Interna e Externa;
- 23) Demonstrativo da conta “restos a pagar”; e
- 24) Demonstrativo dos serviços da Dívida, contendo as variações em relação ao exercício anterior.

f) Demonstrativos do Relacionamento com Entidades Públicas e Privadas:



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

- 1) demonstrativo sintético dos convênios firmados, na forma do Anexo XXXII desta Instrução;
- 2) demonstrativo sintético dos contratos celebrados, na forma do Anexo XXXIII desta Instrução;
- 3) demonstrativo sintético dos termos de parceria firmados, na forma do Anexo XXXIV desta Instrução;
- 4) demonstrativo das transferências constitucionais e conveniadas pelo Estado com as Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e Fundações;
- 5) demonstrativo da transferência constitucional aos Municípios;
- 6) demonstrativo da participação societária do Estado nas empresas, sociedades de economia mista e em outras Entidades públicas ou privadas; e
- 7) relatório contendo os resultados das medidas adotadas para a cobrança dos 100 (cem) maiores devedores da Fazenda Pública Estadual, inscritos na dívida ativa tributária e não-tributária, contendo nome, CNPJ ou CPF, origem e valor da dívida corrigido.

g) Outros Documentos:

- 1) relatório das medidas adotadas para reduzir a sonegação fiscal e incrementar a arrecadação da receita estadual, contendo a indicação dos resultados obtidos;
- 2) declaração comprobatória, emitida pela Unidade de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Casa Civil, de que o Governador e o Vice-Governador apresentaram a Declaração de Bens e Rendas do exercício anterior ao que se refere a Prestação de Contas, na forma da Resolução/TCE/SE nº 167/94;

§ 1º. Quando se tratar de Prestação de Contas Intermediária, nos termos do Art. 2º, inciso II desta Instrução Normativa, também integrará os processos, obrigatoriamente, a cópia do ato motivador da Prestação de Contas.

§2º. Os demonstrativos relacionados neste artigo deverão ser extraídos, preferencialmente, do Sistema de Administração Financeira e Contábil – SAFIC, da Secretaria de Estado da Fazenda. **(NR) (Redação dada pela IN nº 016, de 10 de fevereiro de 2011)**

CAPÍTULO III
DAS TOMADAS DE CONTAS

Art. 9º. Diante da omissão do dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou



ESTADO DE SERGIPE CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

valores públicos ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário estadual, a autoridade administrativa competente providenciará tomada de contas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

§ 1º. Não atendido o disposto no "caput" deste artigo, a Controladoria-Geral do Estado determinará a instauração da Tomada de Contas Especial, fixando prazo para o respectivo cumprimento.

§ 2º. Na ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, o processo instaurado denomina-se Tomada de Contas Especial.

§ 3º. O processo de Tomada de Contas será instaurado por ato da autoridade competente, por iniciativa própria ou em decorrência de determinações dos órgãos de controle interno ou externo.

§ 4º. O processo de Tomada de Contas será operacionalizado por meio de comissões internas de sindicância ou de inquérito, quando for o caso, formalmente constituídas por ato da autoridade competente, compostas por servidores de carreira, com nível funcional e conhecimento técnico adequados para o bom desempenho da função.

~~Art. 10 - Os agentes responsáveis deverão encaminhar as tomadas de contas ao Tribunal de Contas do Estado, acompanhadas do Relatório e Certificado de Auditoria, com o parecer do dirigente da Controladoria-Geral do Estado, no prazo de até 90 dias do conhecimento de desfalque ou desvios de bens públicos, ou ainda, de qualquer irregularidade de que resulte prejuízo para a Fazenda Pública.~~

Art. 10 - Os Ordenadores de Despesas ou Agentes Responsáveis deverão encaminhar os processos de Tomadas de Contas ao Tribunal de Contas do Estado, acompanhado de Relatório, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente da Controladoria-Geral do Estado, no prazo de até 90 dias contados da instauração do Processo. (NR) (Redação dada pela IN nº 016, de 10 de fevereiro de 2011)

Art. 11 - Os processos de Tomadas de Contas serão formalizados, no que couber, em conformidade com as disposições contidas no Capítulo II, Seção II, desta Instrução Normativa, sendo o Relatório de Gestão, de responsabilidade do dirigente da unidade ou autoridade delegada.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS A CARGO DA CONTROLADORIA-GERAL

Art. 12 - Recebida a prestação ou tomada de contas, a Controladoria-Geral do Estado emitirá Relatório, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno, contendo uma das seguintes opiniões:



ESTADO DE SERGIPE
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

I-Parecer de Regularidade – quando as contas examinadas expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis e atenderem aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos atos de gestão do responsável;

II-Parecer de Regularidade com restrição – quando as contas examinadas evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta que não seja de natureza grave e que não represente injustificado dano ao erário estadual; ou

III – Parecer de Irregularidade – quando as contas examinadas evidenciarem alguma ilegalidade; grave impropriedade ou falta que represente injustificado dano ao Erário estadual; aplicação antieconômica de recursos públicos; desfalque, desvio de dinheiro ou valores públicos.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13 - O Gestor ou Ordenador de Despesa, ou ainda, o Agente Responsável dos Órgãos e Entidades vinculados ao Poder Executivo do Estado de Sergipe deverão atender às diligências da Controladoria-Geral do Estado, dentro do prazo estabelecido, para esclarecer ou regularizar as informações apresentadas no processo de prestação de contas ou de tomada de contas, consoante disposições do Art. 23 da Lei estadual nº 3.630, de 26 de junho de 1995.

Art. 14 – Nos termos do artigo 72, § 1º, da Constituição do Estado de Sergipe, os responsáveis pelo controle interno darão ciência ao Chefe do Poder Executivo e este ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, de qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tiverem conhecimento.

Art. 15 - Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário, especificamente, das Instruções Normativas nº 002/CONGER/2003, de 31 de dezembro de 2003, e nº 004/CONGER/2007, de 05 de dezembro de 2007.

Aracaju, 21 de janeiro de 2009.

ADINELSON ALVES DA SILVA
Controladoria-Geral do Estado
Secretário-Chefe